

RELATÓRIO DE GESTÃO Exercício de 2010

Em cumprimento do Art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais, a firma Beja Correctores de Seguros, Lda., com o número de pessoa colectiva 503399442, com sede social em Rua Nicolau Coelho, 6, no Cacém, vem por este meio apresentar o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

1. Actividade da Empresa em 2010

No ano 2010 a empresa apresentou um lucro líquido de impostos de 2.651,03 euros (Dois mil, seiscentos e cinquenta e um euros e três cêntimos).

2. Política Comercial

O volume de negócios apresentado pela empresa no ano 2010 foi de 251.498,00 euros (Duzentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e oito euros) no mercado principal e único onde actua.

3. Investimento

O nível de investimento da empresa no exercício pode ser considerado normal, tendo envolvido montantes na ordem dos 74.762,69 euros (Setenta e quatro mil, setecentos e sessenta e dois euros e sessenta e nove cêntimos).

4. Recursos humanos

Durante o ano 2010 houve cinco pessoas ao serviço da empresa.

5. Análise Económica e Financeira

O Volume de Negócios da empresa, expresso em termos de valor conjunto das Vendas e Prestação de Serviços, sofreu uma diminuição no exercício. Ele passou de 280.376,49 Euros para 251.498,00 Euros. A Rendibilidade das Vendas (Resultado Líquido/Vendas e P. Serviços) situou-se, no presente exercício, em 1%. No exercício anterior havia-se situado em 3%.

Relativamente aos Gastos Operacionais, o seu valor no exercício foi de 236.475,85 Euros.

O Resultado Líquido após Impostos do exercício de 2010 foi de 2.651,03 Euros e o Resultado Operacional no mesmo exercício foi de 17.785,52 Euros. O Passivo da empresa situou-se, no respectivo exercício, em 58,50% do total do Activo. Quanto ao nível de Disponibilidades este passou de 27.158,26 Euros para 6.523,81 Euros.

O quadro seguinte mostra alguns dos rácios mais importantes retirados da análise:

(Valores monetários expressos em Euros)

INDICADORES	2010	2009
Meios Libertos Líquidos	39.270,33	55.427,86
Liquidez Geral	3,03	4,07
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	153.246,85	193.403,50

Rendibilidade das Vendas	1,05%	2,75%
Rendibilidade do Capital Próprio	1,66%	4,75%
Autonomia Financeira	41,50%	37,35%

Legenda:

- Meios Libertos Líquidos = Resultado Líquido + Depreciações + Provisões
- Liquidez Geral = Circulante / Dívidas a Terceiros Curto Prazo
- Valor Acrescentado Bruto = (Vendas + P. Serviços + Proveitos Suplementares) - (CMVMC + FSE + Impostos + Outros Custos Operacionais)
- Rendibilidade das Vendas = Resultado Líquido / Vendas
- Rendibilidade do Capital Próprio = Resultado Líquido / Capital Próprio
- Autonomia Financeira = Capital Próprio / Activo

6. Proposta de Aplicação de Resultados

É proposto pela Gerência da Empresa que o Resultado Líquido do exercício de 2010, que se situou em 2.651,03 Euros, tenha a seguinte proposta de distribuição:

- Reservas Legais: 2.651,03 Euros.

Cacém, 15 do mês de Março do ano de 2011

A Gerência



Beja Corretores de Seguros, Lda.

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2010

15 de Março de 2011

(O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 986/2009, de 7 de Dezembro – Série I – n.º 173)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
 (Montantes expressos em Euros)

Beja Corretores de Seguros, Lda

BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31-12-2010 (1)	31-12-2009 (2)	Variação % (1)-(2)
ACTIVO:				
Activo não corrente:				
Activos fixos tangíveis	7	125.163,17	84.029,26	48,95%
Propriedades de investimento		-	-	-
Goodwill		-	-	-
Activos intangíveis		-	-	-
Activos biológicos		-	-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		-	-	-
Participações financeiras - outros métodos		-	-	-
Accionistas/sócios	11	171.006,39	-	-
Outros activos financeiros		-	-	-
Activos por impostos diferidos		-	-	-
		296.169,56	84.029,26	252,46%
Activo corrente:				
Inventários		-	-	-
Activos biológicos		-	-	-
Clientes	11	10.668,84	-	-
Adiantamentos a fornecedores	11	693,00	602,00	15,12%
Estado e outros entes públicos	11	1.033,27	1.424,21	-27,45%
Accionistas/sócios		-	-	-
Outras contas a receber	11	8.185,73	236.873,47	-96,54%
Diferimentos	11	973,36	1.229,52	-20,83%
Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-
Outros activos financeiros		-	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-
Caixa e depósitos bancários	4	6.523,81	27.158,26	-75,98%
		28.078,01	267.287,46	-89,50%
Total do Activo		324.247,57	351.316,72	-7,71%
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital realizado		100.258,38	100.258,38	-
Acções (quotas) próprias		-	-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-	-
Prémios de emissão		-	-	-
Reservas legais		7.038,93	7.038,93	-
Outras reservas		-	-	-
Resultados transitados		49.505,14	47.390,03	4,46%
Ajustamentos em activos financeiros		-	-	-
Excedentes de revalorização		-	-	-
Outras variações no capital próprio		-	-	-
		2.651,03	7.715,11	-65,64%
Resultado líquido do período				
Interesses minoritários				
Total do Capital Próprio		159.453,48	162.402,45	-1,82%
PASSIVO:				
Passivo não corrente:				
Provisões		-	-	-
Financiamentos obtidos	8, 11	128.729,94	76.416,97	68,46%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-	-
Outras contas a pagar		-	-	-
		128.729,94	76.416,97	68,46%
Passivo corrente:				
Fornecedores		-	-	-
Adiantamentos de clientes		-	-	-
Estado e outros entes públicos	11	13.730,63	8.588,94	59,86%
Accionistas/sócios		-	-	-
Financiamentos obtidos		-	-	-
Outras contas a pagar	11	22.333,52	16.054,80	39,11%
Diferimentos		-	87.853,56	-100,00%
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-
Outros passivos financeiros		-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-
		36.064,15	112.497,30	-67,94%
Total do Passivo		36.064,15	112.497,30	-67,94%
Total do Capital Próprio e do Passivo		324.247,57	351.316,72	-7,71%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em Euros)
Beja Corretores de Seguros, Lda
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2010 (1)	31-12-2009 (2)	Variação % (1)-(2)
Vendas e serviços prestados		251 498,00	280 376,49	-10,30%
Subsídios à exploração	9	2 745,37	2 745,37	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-	-
Variação nos inventários da produção		-	-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-	-
Fornecimentos e serviços externos		(92 329,01)	(123 987,96)	-25,53%
Gastos com o pessoal	12	(107 509,55)	(96 083,06)	11,89%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(2 990,51)	-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	(12 602,25)	-100,00%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-	-
Outros rendimentos e ganhos		3 370,35	13 268,04	-74,60%
Outros gastos e perdas		(8 105,55)	(8 688,99)	-6,71%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		46.679,10	55.027,64	-15,17%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(33 628,78)	(35 110,50)	-4,22%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		13.050,32	19.917,14	-34,48%
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-	-
Juros e gastos similares suportados		(2 766,97)	(7 082,66)	-60,93%
Resultado antes de impostos (EBT)		10.283,35	12.834,48	-19,88%
Imposto sobre o rendimento do período	10	(7 632,32)	(5 119,37)	49,09%
Resultado líquido do período		2.651,03	7.715,11	-65,64%

Beja Corretores de Seguros, Lda.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em Euros)

Beja Corretores de Seguros, Lda

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2010 (1)	31/12/2009 (2)	Variação % (1)-(2)
Vendas e serviços prestados		251.498,00	280.376,49	-10,30%
Custo das vendas e dos serviços prestados		-	-	-
Resultado bruto		251.498,00	280.376,49	-10,30%
Outros rendimentos		6.115,72	16.013,41	-61,81%
Gastos de distribuição		(144.128,84)	(143.795,81)	0,23%
Gastos administrativos		(92.329,01)	(123.987,96)	-25,53%
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-	-
Outros gastos		(8.105,55)	(8.688,99)	-6,71%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		13.050,32	19.917,14	-34,48%
Gastos de financiamento (líquidos)		(2.766,97)	(7.082,66)	-60,93%
Resultados antes de impostos		10.283,35	12.834,48	-19,88%
Imposto sobre o rendimento do período		(7.632,32)	(5.119,37)	-49,09%
Resultado líquido do período		2.651,03	7.715,11	-65,64%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em Euros)

Beja Corretores de Seguros, Lda

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2010
 (Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO EM 01-01-2009	1	100.258,38	7.038,93	47.390,03	-	154.687,34
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						-
Alterações de políticas contabilísticas						-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						-
Ajustamentos por impostos diferidos						-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						-
	2					-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				7.715,11	7.715,11
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				7.715,11	7.715,11
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Realizações de capital						-
Realizações de prémios de emissão						-
Distribuições						-
Entradas para cobertura de perdas						-
Outras operações						-
	5					-
POSIÇÃO NO FM DE 31-12-2009	6=1+2+3+5	100.258,38	7.038,93	47.390,03	7.715,11	162.402,45
POSIÇÃO EM 01-01-2010	6	100.258,38	7.038,93	55.105,14	7.715,11	162.402,45
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						-
Alterações de políticas contabilísticas						-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						-
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						-
Ajustamentos por impostos diferidos						-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						-
	7					-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				2.651,03	2.651,03
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				2.651,03	2.651,03
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Realizações de capital						-
Realizações de prémios de emissão						-
Distribuições				(5.600,00)		(5.600,00)
Entradas para cobertura de perdas						-
Outras operações						-
	10			(5.600,00)		(5.600,00)
POSIÇÃO NO FM DE 31-12-2010	11=6+7+8+10	100.258,38	7.038,93	49.505,14	10.366,14	159.453,48

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em Euros)
Beja Corretores de Seguros, Lda
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2010	31-12-2009
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		240.829,16	280.376,49
Pagamentos a fornecedores		(92.329,01)	(123.987,96)
Pagamentos ao pessoal		(107.509,55)	(96.083,06)
	Caixa gerada pelas operações	<u>40.990,60</u>	<u>60.305,47</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(7.632,32)	(5.119,37)
Outros recebimentos/pagamentos		<u>(44.434,20)</u>	<u>(42.149,09)</u>
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	<u><u>(11.075,92)</u></u>	<u><u>13.037,01</u></u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(6.791,56)	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	<u><u>(6.791,56)</u></u>	<u><u>-</u></u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		(2.766,97)	(7.082,66)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	<u><u>(2.766,97)</u></u>	<u><u>(7.082,66)</u></u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		<u><u>(20.634,45)</u></u>	<u><u>5.954,35</u></u>
Efeito das diferenças de câmbio			
		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		27.158,26	21.203,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		<u>6.523,81</u>	<u>27.158,26</u>

Beja Corretores de Seguros, Lda.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em Euros)

Anexo às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2010

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Beja Corretores de Seguros, Lda. é uma sociedade por quotas, constituída a 08 de Fevereiro de 1995, com sede na Rua Nicolau Coelho, 6, no Cacém, e tem como actividade principal a corretagem de seguros.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - *Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.*

2.3 - *O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.*

2.4 - A entidade adoptou as NCRF pela primeira vez em 2010 aplicando para o efeito a "NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro", desta forma a entidade preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2010, considerando as isenções e/ou proibições de aplicação retrospectiva previstas na NCRF 3. As demonstrações financeiras de 2009, preparadas e aprovadas de acordo com o anterior referencial contabilístico, foram alteradas de modo a que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras de 2010.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte o diferencial registado nas demonstrações financeiras decorrente da conversão para as NCRF, encontrando-se estes ajustamentos reconhecidos em resultados transitados ou noutra rubrica de capitais próprios que se mostre mais apropriada.

A adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as NCRF teve o seguinte efeito nos capitais próprios e nos resultados de 2009:

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflecta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objecto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2.– POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.– ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, excepto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas directamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo activo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é directamente reconhecido em resultados. Quando o activo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao activo não é reclassificado para resultados,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em Euros)

sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os activos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	-	50 anos
Equipamento básico	-	1 a 10 anos
Equipamento de transporte	-	4 anos
Equipamento administrativo	-	1 a 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	-	1 a 8 anos

3.2.2. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período corresponde à soma do imposto corrente e diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respectivas rubricas do capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os activos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses activos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente aprovadas na data de relato.

A compensação entre activos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Entidade tem um direito legal de proceder à compensação entre tais activos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais activos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e (iii) a Entidade tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.2.3. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em Euros)

3.2.4. – LOCAÇÃO FINANCEIRA

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.2.5. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.6. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos emprego classificam-se em: i) benefícios de curto prazo; ii) benefícios de médio e longo prazo; iii) outros benefícios pós-emprego; e iv) benefícios de cessação.

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações deve ser relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/constitutiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em Euros)

3.2.7. – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.3 – ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.4 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subseqüentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

NOTA 4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 – COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO.

Se aplicável não existem valores de Caixa nem de Depósitos bancários que apresentem restrições de uso na data do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em Euros)

4.2 – DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2010 detalha-se conforme se segue:

Caixa e seus Equivalentes

	<u>2009</u>	<u>2010</u>
Outros títulos negociáveis		
Depósitos bancários	26.691,21	6.093,83
Activos financeiros pelo justo valor		
Caixa	467,05	429,98
	<u>27.158,26</u>	<u>6.524,00</u>

NOTA 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

5.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DE UMA NCRF COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adopção inicial das NCRF.

5.2 – ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5.3 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS.

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

5.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materialmente em períodos anteriores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em Euros)
NOTA 6. PARTES RELACIONADAS
6.1 – REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO
Remuneração do Pessoal Chave da Gestão

Descrição	2009	2010
Benefício de curto prazo dos empregados	12.804,47	10.597,57
Benefícios pós-emprego		
Outros benefícios de longo prazo		
Benefícios por cessação de emprego		
Pagamentos com base em acções		
	12.804,47	10.597,57

NOTA 7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2009 e em 31/12/2010, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Activo Bruto									
	Saldo em 1/01/2009	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2009	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2010
Terrenos e recursos naturais					0,00				0,00
Edifícios e outras construções	60.231,68				60.231,68				60.231,68
Equipamento básico	102.582,38				102.582,38				102.582,38
Equipamento de transporte	203.350,13	27.607,05	35.337,94		195.619,24	71.270,00			266.889,24
Equipamento administrativo	89.054,22	3.972,00			93.026,22	712,69			93.738,91
Equipamentos biológicos					0,00				0,00
Activos fixos tangíveis em curso					0,00				0,00
Outros activos fixos tangíveis	10.484,99	1.069,90			11.554,89	2.780,00			14.334,89
	465.703,40	32.648,95	35.337,94	0,00	463.014,00	74.762,69	0,00	0,00	537.777,00

Depreciações Acumuladas									
	Saldo em 1/01/2009	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2009	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2010
Terrenos e recursos naturais					0,00				0,00
Edifícios e outras construções	13.250,94	1.204,64			14.455,58	1.204,64			15.660,22
Equipamento básico	101.595,53	328,96			101.924,49	328,96			102.253,45
Equipamento de transporte	183.459,28	26.792,16	35.337,94		174.913,50	24.719,58			199.633,08
Equipamento administrativo	72.926,82	5.666,32			78.593,14	5.992,40			84.585,54
Equipamentos biológicos					0,00				0,00
Outros activos fixos tangíveis	7.980,00	1.118,02			9.098,02	1.383,52			10.481,54
	379.212,57	35.110,10	35.337,94	0,00	378.984,73	33.629,10	0,00	0,00	412.613,83

Gastos com Depreciações

	<u>2009</u>	<u>2010</u>
Activos Fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	1.204,63	1.204,63
Equipamento básico	328,96	328,96
Equipamento de transporte	26.792,56	24.719,26
Equipamento administrativo	5.691,95	6.018,03
Equipamentos biológicos		
Outros activos fixos tangíveis	<u>1.092,40</u>	<u>1.357,90</u>
	<u>35.110,50</u>	<u>33.628,78</u>

NOTA 8. LOCAÇÕES

Em 31/12/2009 e 31/12/2010, a Entidade mantém os seguintes valores em regime de locação financeira:

Activos em Locação Financeira

2009	Depreciações		
	<u>Valor Bruto</u>	<u>Acumuladas</u>	<u>Valor Líquido</u>
Terrenos e recursos naturais			0,00
Edifícios e outras construções			0,00
Equipamento básico			0,00
Equipamento de transporte	86.864,24	66.158,93	20.705,31
Equipamento administrativo			0,00
Equipamentos biológicos			0,00
Outros activos fixos tangíveis			0,00
	<u>86.864,24</u>	<u>66.158,93</u>	<u>20.705,31</u>

2010	Depreciações		
	<u>Valor Bruto</u>	<u>Acumuladas</u>	<u>Valor Líquido</u>
Terrenos e recursos naturais			0,00
Edifícios e outras construções			0,00
Equipamento básico			0,00
Equipamento de transporte	159.240,85	91.984,79	67.256,06
Equipamento administrativo			0,00
Equipamentos biológicos			0,00
Outros activos fixos tangíveis			0,00
	<u>159.240,85</u>	<u>91.984,79</u>	<u>67.256,06</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em Euros)

NOTA 9. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

	Subsídios												
	Data de Início	Data de fim	Valor atribuído	Balço				Demonstração de resultados					
				Capital próprio		Diferimentos		Financiamentos		Imputação de subsídios		Subsídios a exploração	
				2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Subsídios relacionados com activos													
Incentivo 1													
Incentivo 2													
Subsídios a exploração													
Incentivo 1	15-07-2009	15-07-2010	5 491									2 745	2 745
Incentivo 2													
Reembolsáveis													
Incentivo 1													
Incentivo 2													
	<u>40.009,00</u>	<u>40.374,00</u>	<u>5.490,74</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>2.745,37</u>	<u>2.745,37</u>

NOTA 10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2006 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Órgão de Gestão da Entidade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2010.

Imposto sobre o Rendimento

	2009	2010
Imposto corrente	5.119,37	7.632,32
Imposto diferido		
	<u>5.119,00</u>	<u>7.632,32</u>

Reconciliação da Taxa Efectiva de Impostos

	2009	2010
Resultados Antes de Impostos	12.834,48	10.283,35
Impostos à taxa de 25%	1.594,41	3.262,32
Amortizações e provisões não aceites para efeitos fiscais	10.063,52	7.817,50
Multas, coimas, juros compensatórios	150,00	
Correcções relativas ao ano anterior		105,98
Tributação Autónoma	3.524,96	4.370,00
Reconhecimento de passivos por impostos diferidos		
Outros		
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	<u>5.119,37</u>	<u>7.632,32</u>
Taxa média efectiva de imposto	<u>40%</u>	<u>74%</u>

NOTA 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

	Cientes					
	Quantia Nominal		Imparidade		Valor líquido	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Cientes Correntes						
Saldos não vencidos		5.571,69				5.571,69
Saldos vencidos:						
Até 180 dias						
De 180 a 360 dias						
Mais de 360 dias						
Cientes de Cobranças Duvidosas						
Saldos não vencidos						
Saldos vencidos:						
Até 180 dias						
De 180 a 360 dias		6.131,28		1.532,82		4.598,46
Mais de 360 dias		58.972,24		58.473,55		498,69
	<u>0,00</u>	<u>70.675,21</u>	<u>0,00</u>	<u>60.006,37</u>	<u>0,00</u>	<u>10.668,84</u>

Outras Contas a Receber

	<u>2009</u>	<u>2010</u>
Estado e Outros Entes Públicos	1.424,21	1.033,27
Empresas do Grupo e Participadas		
Outros accionistas	30.263,37	171.006,39
Adiantamentos a fornecedores	602,00	693,00
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber		
Facturação a emitir		
Outros acréscimos de rendimentos	1.229,52	973,36
Outros Devedores	<u>206.610,10</u>	<u>8.185,73</u>
	<u><u>240.129,20</u></u>	<u><u>181.891,75</u></u>

Diferimentos Activos

	<u>2009</u>	<u>2010</u>
Diferimento de gastos		
Obras		
Rendas		
Outros gastos diferidos	<u>1.229,52</u>	<u>973,36</u>
	<u><u>1.229,52</u></u>	<u><u>973,36</u></u>

Estado e Outros Entes Públicos

	<u>2009</u>	<u>2010</u>
Finanças	4.370,14	9.690,05
Segurança Social	2.794,59	3.007,31
	<u>7.164,73</u>	<u>12.697,36</u>
	<u>2009</u>	<u>2010</u>
Saldos Devedores		
IRC – A Recuperar		
IRC – Pagamento por Conta	1.318,23	1.033,27
Retenção imposto s/ rend.		
IVA - A Recuperar		
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social	105,98	
	<u>1.424,00</u>	<u>1.033,00</u>
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar	5.119,37	7.632,32
Retenção imposto s/ rend.	569,00	3.091,00
Retenção imposto s/ rend. - prestacional		
IVA - A Pagar		
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social	2.900,57	3.007,31
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		
	<u>8.589,00</u>	<u>13.731,00</u>
Não corrente		
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		
	<u>8.589,00</u>	<u>13.731,00</u>

Outras Contas a Pagar

	2009	2010
Não Correntes		
Empréstimos por obrigações		
Estado e Outros Entes Públicos		
...		
	0,00	0,00
Corrente		
Empréstimos por obrigações		
Outros accionistas		
Adiantamentos de Clientes		
Out Emp Obtidos	76.416,97	128.729,94
Fornecedores de imob. c/c		
Estado e Outros Entes Públicos	8.588,94	13.730,63
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	87.853,56	10.603,02
Juros a liquidar		
Fornecimento e Serviços Externos		
Outros acréscimos de custos		
Outros Credores	16.054,80	11.730,50
...		
	188.914,27	164.794,09
	188.914,27	164.794,09


NOTA 12. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2010 foi de cinco pessoas, em 31/12/2009 foram cinco.

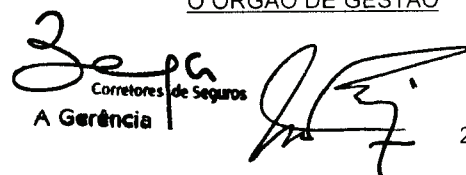
Gastos com o Pessoal

	2009	2010
Remunerações dos Órgãos Sociais	38464,82	43700,40
Remunerações do pessoal	40.569,19	47.130,06
Encargos sobre Remunerações	15.138,75	14.641,74
Seguro Ac. Trab. e Doenças Prof.	1.715,30	1.450,33
Estimativa para participação nos lucros		
Outros gastos com Pessoal	195,00	587,02
	96.083,06	107.509,55

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O ÓRGÃO DE GESTÃO



Empréstimos e Descobertos Bancários

	<u>2009</u>	<u>2010</u>
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	76.416,97	51.621,59
Contas Correntes Caucionadas		
Descobertos Bancários		
Papel comercial		
	<u>76.416,97</u>	<u>51.621,59</u>
Correntes		
Empréstimos Bancários		
Descobertos Bancários		
Livranças		
Contas Correntes Caucionadas		
Factoring		
Papel comercial		
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<u>76.416,97</u>	<u>51.621,59</u>

Prazo de Reembolso dos Empréstimos

	<u>Total</u>	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 5 anos</u>
Empréstimos Bancários	51.621,59		51.621,59
Descobertos Bancários	0,00		
Livranças	0,00		
Contas Correntes Caucionadas	0,00		
Factoring	0,00		
Papel comercial	0,00		
	<u>51.622,00</u>	<u>0,00</u>	<u>51.622,00</u>



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de BEJA - Corretores de Seguros, Lda, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 324.248 euros e um total de capital próprio de 159.453 euros, incluindo um resultado líquido 2.651 euros), as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e por Funções, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa se aplicável, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo



**Cascais & Rodrigues,
SROC, Lda.**

em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de BEJA - Corretores de Seguros Lda em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 21 de Março de 2011

CASCAIS & RODRIGUES, SROC LDA

Representada por

Domingos Fernandes Cascais, ROC nº 1265